

Solução para o Metro Mondego depende de novo estudo que deve ficar concluído até Janeiro

Transportes
Camilo Soldado

Governo condiciona decisão sobre o sistema de mobilidade aos resultados do trabalho do LNEC

Ao fim de cinco anos de suspensão, o processo do Metro Mondego pode conhecer desenvolvimentos. Os autarcas de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo aguardam até ao final de Janeiro de 2017, quando deverá ser conhecido um estudo sobre a solução para aquele sistema de mobilidade.

O estudo, encomendado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, terá como fim “apontar clara e objectivamente” uma “solução de mobilidade para a região”, afirma Luís Antunes, presidente do município da Lousã.

Aos jornalistas, na final da assembleia geral da Sociedade Metro Mondego (SMM), o autarca, que é também presidente da mesa da assembleia geral da SMM, explicou que a representante do Estado no plenário espera pelo resultado do estudo do LNEC para optar por uma solução. O Sistema de Mobilidade do Mondego foi inicialmente projectado como um metro ligeiro de superfície, mas a solução do BRT (*bus rapid transit*) tem sido apontada como uma das possibilidades para ligar Lousã a Coimbra e a beira-rio da cidade aos hospitais.

O estudo deverá concluir sobre o tipo de transporte, sobre a questão financeira, os prazos de concretização e os fundos que poderão ser mobilizados, disse o autarca. Do documento elaborado pelo LNEC também depende a recomposição dos órgãos sociais da Sociedade Metro Mondego, referiu.

Já o autarca de Coimbra aponta para a necessidade de o estudo ficar concluído ainda antes do fim deste

ano, para que o projecto seja tido em conta na reprogramação do programa Portugal 2020. Manuel Machado refere que “os trabalhos técnicos de reprogramação do Portugal 2020 começam agora em Setembro” e que seria importante aproveitar o financiamento para que a construção de um sistema de mobilidade na região não seja novamente adiada.

“O Metro Mondego não transporta ninguém, não está instalado, não há apeadeiros, só há paragens no processo”, lamenta, lembrando que já foram gastos “mais de 100 milhões de euros” na operação.

O também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses deseja que o trabalho do LNEC seja “o último estudo” e que permita “que as várias entidades envolvidas fiquem cientes da importância desta operação e reúna os mecanismos necessários à mobilização dos financiamentos indispensáveis”. Entre 1996 e este ano foram realizados 97 estudos e projectos de execução sobre o Metro Mondego.

Questionado sobre a hipótese de, em Janeiro, o processo voltar a ter desenvolvimentos, Luís Antunes disse que os autarcas “estão de boa-fé” e que não perspectiva “outra coisa que não seja o cumprimento dos prazos e dos pressupostos” acordados na assembleia de ontem.

Esta assembleia geral já tinha sido adiada por duas vezes. A imposição partiu do accionista Estado, que detém a maioria, alegando falta de condições para deliberar.

A Sociedade Metro Mondego fez em Maio 20 anos. As obras para a construção do metro chegaram a arrancar, tendo para isso sido demolidos vários edifícios na Baixa de Coimbra e suprimido o Ramal da Lousã, substituído por um serviço de autocarros. Em 2011, Miguel Relvas afirmava que o projecto do metro estava suspenso e que a extinção da SMM estava a ser avaliada. A linha da CP nunca chegou a ser reposta.





ID: 65973394

07-09-2016

Solução para o Metro Mondego depende de novo estudo

Os autarcas de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo aguardam até fim de Janeiro de 2017, quando o estudo deve ser conhecido **p17**